

APRESENTAÇÃO

A Literatura Colonial Portuguesa é um capítulo ainda desconhecido da Literatura Portuguesa e das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e se constitui como um acervo quase imensurável em bibliotecas e em repositórios oficiais e particulares. Sua constituição se deve à criação do Concurso de Literatura Colonial, instituído pelo então Ministério das Colônias através da Portaria nº 4.565, de 12 de janeiro de 1926, que atendia ao desejo de alguns intelectuais portugueses por uma literatura “que, pela imaginação e pelo sentimento, estimulasse e deslumbrasse as curiosidades e o espírito de aventura da massa gregária da nação, assim a interessando apaixonadamente nesse problema vital da nacionalidade” (Selvagem, 1926). Em 1954, o Ministério do Ultramar, que substituiu o Ministério das Colônias, instituiu o Concurso de Literatura Ultramarina, “tendo em vista a propaganda do ultramar português, o progresso da cultura ultramarina e ainda o desenvolvimento do interesse público por assuntos a ela respeitantes”, por meio da Portaria 14.691, de 04 de Janeiro de 1954, que trazia como maior alteração, no que se refere à proposta original do prêmio, o alargamento das categorias para premiação, que, agora, além de poesia e novelística — conto, novela ou romance —, dava relevo à ensaística e à História, passando também a premiar reportagens jornalísticas a partir de 1969.

Os concursos, que tiveram edições sucessivas até 1974, fomentaram uma imensa produção cultural, não apenas restrita ao meio literário, e que foi tanto patrocinada pelo Estado quanto pela sociedade civil. Essa produção buscou constituir, inicialmente, de maneira explícita, um imaginário imperial que exaltava a “missão civilizadora do colonialismo português”, principalmente, no continente africano. Em um segundo momento, com a instituição do Portugal Ultramarino e alavancado por uma interpretação particular do lusotropicalismo, procurou não apenas sedimentar a ideia da vinculação do chamado Ultramar a Portugal, mas reconhecer uma efetiva literatura e cultura portuguesas produzidas nos territórios ultramarinos que dariam novos sentidos à “portugalidade”, já exaurida na Metrópole (César, 1967).

Após o 25 de Abril, tanto em Portugal, quanto nas nações que emergiram do colonialismo português, essa produção literária foi relegada ao esquecimento (Feijó, 2016), na medida em que muitas de suas obras deixaram de ser consideradas pelos estudos literários ou passaram a subsistir no interior dos sistemas literários nacionais africanos como parte de uma produção original e comprometida desde sempre com a nacionalidade literária dos PALOPs. A verificação dessa produção como um problema a ser

considerado pelos estudos literários, africanos e portugueses, deve a Simone Caputo Gomes (1993 [1979]), seguida por Inocência Mata (1993 [1988]), Pires Laranjeira (1997/1998) e Francisco Noa (1999, 2003), o reconhecimento de sua presença “submersa” na constituição dos sistemas literários africanos por oferecerem, em maior ou menor grau, formas paradigmáticas de representação dos territórios africanos e de suas culturas submetidas ao colonialismo português. Mais recentemente, Inocência Mata e Mário Lugarinho (2022) deram contornos mais precisos ao tema ao convocarem para a sua reflexão a necessidade de sistematização de tal produção e de sua descrição sistêmica a partir de pressupostos que ultrapassassem o paradigma da identidade nacional e dos fervores nacionalistas.

A exumação da literatura colonial portuguesa exige, antes de tudo, a recusa do conforto arquivístico. Reunir e interrogar uma “biblioteca esquecida” do Império e do Ultramar não é um exercício de nostalgia antiquária, tampouco uma mera operação de resgate de um *corpus* literário negligenciado pelas grandes narrativas das culturas portuguesa e das antigas colônias, especialmente após o 25 de Abril. Trata-se, antes, de descer de forma crítica à sala de máquinas de uma mentalidade que forjou, validou e naturalizou a subalternização. A literatura colonial não constitui um apêndice exótico, um desvio accidental ou um capítulo já superado de uma historiografia literária compartilhada por diferentes nações; ela é, de fato, a materialidade arqueológica do inconsciente fundacional, em termos do nacionalismo, reprimido em Portugal e na África.

A caracterização desta biblioteca como um polo reprimido impõe o reconhecimento de uma verdade incômoda: a literatura colonial foi matriz discursiva sobre a qual a velha metrópole ergueu a sua própria imagem de modernidade e de exceção. O silenciamento crítico em torno das obras premiadas pela Agência Geral das Colônias e do Ultramar obedeceu a um recalque institucional no pós-25 de Abril. Na ânsia de higienizar o cânone metropolitano e obliterar as cumplicidades com o projeto imperial, estas obras foram remetidas ao porão, tratadas como panfletos datados. Contudo, ignorar o arquivo colonial é recusar a análise de uma linguagem que impunha o domínio, classificava e estratificava o outro e apagava a alteridade.

Esta recusa ganha a sua expressão mais radical naquilo que Eduardo Lourenço diagnosticou como o “nosso *impensado* colonial” (2014). Não se trata de uma amnésia passiva, mas de uma impossibilidade estrutural. O colonialismo constitui o núcleo cego da identidade portuguesa, a dimensão que a cultura oficial recusa elaborar intelectualmente para não estilhaçar a sua autoimagem. A compreensão deste *impensado* exige, além da dimensão psicológica, uma topografia de ação. Se para Maria Alzira Seixo (1986), o ato de “escrever a terra”, depois dos Cravos de Abril, foi uma redescoberta da ruralidade portuguesa, inscrevendo-a na História, a literatura do império, em contraponto, foi uma estratégia de posse epistêmica de outras terras para além do torrão europeu — lembremos o dito de Salazar, “Portugal não é um país pequeno”. Esvaziada de sua historicidade, a terra africana parecia clamar por sua redenção com a presença do sujeito branco.

A eficácia desta máquina discursiva, porém, esteve sempre refém da condição semiperiférica da metrópole. Na década seguinte à queda do regime, Boaventura de Sousa Santos (1990) ensinou que Portugal inventou e narrou um império monumental para mascarar o seu atraso estrutural diante da Europa “civilizada”. Foi no espaço da página que o colonizador, frequentemente menorizado na Europa, encenou a sua soberania perante o sujeito africano. A biblioteca colonial foi, a um só tempo, a prótese narrativa do delírio civilizatório e o espelho opaco que escamoteou a fragilidade metropolitana.

A queda do edifício político-administrativo do império, porém, não assinalou a obliteração desta matriz; impôs-lhe apenas a urgência de uma metamorfose. O colonialismo transmuta-se de evento histórico em estrutura mental e estética. Essa metamorfose discursiva encontra o seu sintoma mais agudo naquilo que a historiografia literária convencionou chamar de “literatura dos retornados”, publicada massivamente a partir do Séc. XXI. Ao narrar o colapso do Ultramar sob a chave do desterro ou da fratura idílica, uma parcela significativa dessa produção substitui a antiga posse territorial por uma posse nostálgica. A melancolia imperial atua como um dispositivo de recentralização do sujeito hegemônico: chora-se a perda estrutural do império, convertendo a paisagem africana e a guerra no mero cenário de um trauma branco, rebaixando o “outro” a figurante da tragédia lusitana, como acontece no panfletário **Angola 1961** (1961), de Amândio César.

Para que a genealogia desta melancolia revele toda a sua complexidade, é imperativo reconhecer que a fratura discursiva já habitava a engrenagem colonial, operando uma nítida cisão de gênero. O imaginário do império sustentou-se numa retórica triunfante e expansionista, amplamente materializada em autores como Jaime do Inso ou Gastão de Sousa Dias. Em tensão com esta monumentalidade patriarcal, figuram vozes femininas como Maria Archer, Fernanda de Castro ou Guilhermina de Azevedo. Embora muitas vezes espectadoras passivas ou aderentes táticas do projeto imperial, ao serem empurradas para a observação do espaço doméstico e quotidiano, as suas obras acabaram por registrar a asfixia da ditadura e a morbidez da colonialidade. A sua adesão foi uma cumplicidade fraturada que expôs o esgotamento íntimo da máquina.

Décadas mais tarde, a gestão literária do trauma na abertura democrática replicou e radicalizou esta cisão de gênero. A narrativa hegemônica encarregada de elaborar a imagem nacional foi a da fratura masculina. Obras canônicas de António Lobo Antunes, ao lado de Fernando Assis Pacheco, Manuel Alegre, José Martins Garcia, Álamo Oliveira, Carlos Vale Ferraz e Domingos Lobo monopolizaram o imaginário do trauma. No entanto, como aponta António Fernando Cascais (2025), essa homossocialidade literária construiu a sua força a partir da recusa em elaborar as verdadeiras perdas imperiais. O trauma do soldado raso funcionou como um isolamento simbólico que protegeu uma percepção de si extremamente vulnerável, mantendo intacto o *impensado* colonial.

A rasura desta blindagem precisou ser operada na contramão do cânone. A partir da insubmissão das **Novas Cartas Portuguesas** (1973), foram as vozes femininas que assumiram a tarefa de dissecar a ruína. De Olga Gonçalves a Lídia Jorge, desaguando na contundência de Isabela Figueiredo e Djaimilia Pereira de Almeida, a literatura de autoria feminina abandonou a trincheira militar para invadir o espaço íntimo — o verdadeiro laboratório do racismo e da assimilação. Enquanto a literatura masculina erguia um monumento à própria dor para não olhar para o império em colapso, foram estas autoras que caminharam sobre os escombros, provando que a estética do arruinamento não se limita à destruição física das ex-colônias, mas é a condição de um discurso que insiste em assombrar o presente português.

Neste número da Revista **Abril**, optamos por agrupar os artigos aprovados e selecionados a partir de três núcleos condensadores. No primeiro deles, reunimos aqueles voltados para o estabelecimento de uma história da literatura colonial ou para a análise específica de obras que foram publicadas durante a vigência do concurso, mas em período histórico anterior às guerras de independência. Nesse conjunto, encontra-se, ao início, o artigo “A literatura colonial portuguesa e suas reconfigurações pós-coloniais”, no qual Isabella Tavares Sozza Moraes tece um amplo panorama da literatura publicada a partir dos concursos e da forma como o pós-25 de Abril lidou com esse material. Seu objetivo é compreender como essa literatura, ao mesmo tempo em que é formada a partir da ideologia colonial e estado-novista, também se constitui como matéria prima para as contra narrativas africanas. Na sequência, o artigo “Pontos de fuga no sistema literário guineense e o conflito como saída em **Auá: Novela Negra**”, de Felipe Rodrigues Soares, analisa a novela de Fausto Duarte, considerando a categoria literatura colonial e sua inserção no sistema literário guineense. A ideia de conflito é o eixo condutor de sua análise e respalda, segundo o pesquisador, a inserção da obra e do autor nesse sistema. Já “Logos e Eros: a escrita sobre o desejo feminino em **Ida e Volta duma Caixa de Cigarros**”, de Bruna da Silva Otto de Oliveira, investiga a novela de Maria Archer para perceber como, por meio da articulação entre discurso e desejo, se estabelece uma voz feminina que enfrente a moral salazarista e o aparato censório do governo autoritário. Por sua vez, Ubiratã de Souza e Gabriel Fallaci-Fernando estudam a obra **Nyaka** (Humus) — Poemas Bárbaros (1942) a partir de, por um lado, uma aproximação com o **Húmus** (1917), de Raul Brandão, e, de outro, do seu uso no contexto das literaturas africanas. Alex de Oliveira Santos e Paulo César Ribeiro Filho abrem um percurso pouco usual, mas necessário e significativo, ao discutirem a literatura infanto-juvenil publicada no contexto colonial do regime salazarista. No artigo “O ‘herói português’: a literatura infanto-juvenil de Adolfo Simões Müller e sua adequação à censura do Estado Novo”, apresentam o livro **O Grande Almirante das Estrelas do Sul**: pequena história de Gago Coutinho e da 1ª viagem aérea ao Brasil para inseri-lo no contexto de censura da literatura infanto-juvenil, tentando compreender o autor em sua associação ao regime ditatorial e a presença de uma voz feminina no texto, bem como as reivindicações coloniais ali presentes, dentre outros aspectos. Concluindo este núcleo, encontramos dois artigos, “**Calema**. Romance africano, de Djamba Dállá: um romance colonial (e de

formação) feminino”, de Jorge Vicente Valentim e Penélope Eiko Aragaki Salles, e “Vozes silenciadas: colonialismo, gênero e a exclusão das mulheres africanas na literatura portuguesa”, de Tiago Negrão de Andrade e Maria Cristina Gobbi, que voltam para pensar as questões de gênero e do feminino nesse universo da literatura colonial.

A seguir, agrupamos artigos preocupados em analisar obras publicadas posteriormente à independência das ex-colônias, que manifestam tanto uma perspectiva crítica em relação ao colonialismo como sua aderência ao imaginário colonial. “Quando as aparentes coisas menores mostram os grandes males: Herberto Helder e a sua passagem por Angola”, de Marco Silva, aborda as crônicas e reportagens produzidas pelo poeta português enquanto viveu em Angola. “Portugal como espaço de rupturas e permanências em **A Geração da Utopia** de Pepetela”, de Justine Prinstrop, por sua vez, analisa o processo de representação da Revolução dos Cravos no romance angolano e o artigo “Literatura colonial no século XXI? Memórias laudatórias do colonialismo português em três romances contemporâneos”, de Daniel Laks, procura pensar criticamente a literatura colonial como um gênero que permanece vivo, dando origem a romances que ainda hoje sustentam a ideologia colonialista em sua formulação portuguesa.

Por fim, o terceiro grupo reúne artigos que se dedicam a tecer uma arqueologia do pensamento colonial em publicações que são anteriores à existência de concurso, apesar de nitidamente posteriores ao início da marcha colonial portuguesa. São eles “Glória e missão: estudo comparativo entre os escritos portugueses **Os Lusíadas** e o **Diálogo sobre a Conversão do Gentio**”, de Fabio Henrique Oliveira Rodrigues da Silva, e “Uma gramática da alteridade: **Recordações d’uma Colonial** (Memórias da Preta Fernanda) como laboratório da colonialidade literária”, de Luca Fazzini e Danielle Duque Baracho, que analisa a obra de Alberto António May Totta e Fernando Machado para entendê-la como uma espécie de laboratório no qual se desenhou a colonialidade literária.

Encerrando o número, sem ligação com o tema do dossiê, publicamos a resenha “Entrelinhas e margens: a escrita e ritual de vida de Mário Cláudio” na qual Rodrigo Felipe Veloso nos apresenta o **Diário Incontínuo** publicado pelo autor em 2024, compreendendo-o como expressão de um intelectual que se posiciona diante do mundo.

Esse conjunto de artigos compõe um quadro atual e significativo da reflexão acadêmica acerca da literatura colonial, bem como de seus antecedentes e de sua permanência para além do tempo restrito do colonialismo histórico. Trata-se de um número da **Abril** – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africanas que, sem dúvida, contribui para maior divulgação de um tema indispensável para a compreensão do imaginário colonial constituído durante o Estado Novo e que até hoje estende suas teias em nossas sociedades.

Mário César Lugarinho

Silvio Renato Jorge

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÊSAR, Amândio. **Angola 1961**. Lisboa: Verbo, 1961.

CÊSAR, Amândio. **Parágrafos de Literatura Ultramarina**. Braga: Sociedade de Expansão Cultural, Livraria Editora Pax, 1967.

GOMES, Simone C. **Uma recuperação de raiz**: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe. Praia: Instituto Caboverdiano do Disco e do Livro, 1993.

LARANJEIRA, Pires. A literatura colonial portuguesa. **África**: Revista do centro de Estudos Africanos, São Paulo, n. 20-21, p. 71-77, 1997/1998. Disponível em: <https://revistas.usp.br/africa/article/view/75036>. Acesso em: 23/03/2026.

LOURENÇO, Eduardo. **Do colonialismo como nosso impensado**. Org. e pref. Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014.

MATA, Inocência; LUGARINHO, Mário. Um Campo De Batalha Abandonado: A incômoda memória Da Literatura Colonial Portuguesa. **Veredas**: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, [s.l.], n. 36, p. 26-40, ago. 2022. Disponível em: <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/810>. Acesso em: 20/03/2026.

MATA, Inocência. **Emergência e Existência de uma Literatura**: o caso santomense. Lisboa: Colibri, 1993.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia**: Moçambique como invenção literária. Lisboa: Caminho, 2002.

NOA, Francisco. Literatura colonial em Moçambique: o paradigma submerso. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 58-69, 1999. Disponível em: https://revistas.usp.br/viaatlantica/pt_BR/article/view/49007. Acesso em: 18/03/2026.

PORTUGAL. Portaria n. 4565 do Ministério das Colónias, **Diário do Governo**, n. 10/1926, Série I de 1926-01-12.

PORTUGAL. Portaria n. 14691 do Ministério do Ultramar, **Diário do Governo**, n. 02/1954, Série I de 1954-01-04.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)**. Porto: Afrontamento, 1990.

SEIXO, Maria Alzira. **A palavra do romance**: ensaios de genologia e análise. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

SELVAGEM, Carlos. A Literatura Portuguesa de ambiente exótico. **Boletim da Agência Geral das Colónias**, a. 2, v. 8, p. 3-11, fev. 1926.